

CÂMARA MUNICIPAL DE  
GUARANTÃ DO NORTE-MT  
PROTOCOLO Nº 996/2024  
DATA 14/06/2024



Estado de Mato Grosso  
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE**

Rua das Itaúbas, 72 – Centro C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

**DESPACHO**  
Comissão de Constituição e  
Justiça

Para Exarar Parecer

Data 17/06/24

Nayara O. Cabral

Visto  
Nayara de Oliveira Cabral

Chefe Legislativo  
Port.: 012/2021

**Matéria Aprovada por  
Unanimidade**

Data 01/07/24

Nayara O. Cabral

Chefe Legislativo  
Port.: 012/2021

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO  
LEGISLATIVO Nº 002/2024, DE 6 DE JUNHO DE 2024.**

**DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES NA LEI MUNICIPAL  
N.º 2.217/2022 DE 10/11/2022, “DISPÕE SOBRE O  
PROGRAMA DE PARCERIA COM ORGANIZAÇÕES  
SOCIAIS — OS, NO MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO  
NORTE/MT, DISCIPLINA O PROCEDIMENTO DE  
QUALIFICAÇÃO DE ENTIDADES, O CHAMAMENTO  
E SELEÇÃO PÚBLICOS, A CELEBRAÇÃO DE  
CONTRATOS DE GESTÃO, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.”**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE,  
ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS SUAS  
ATRIBUIÇÕES LEGAIS APROVOU, E O PREFEITO  
AQUIESCENDO, SANCIONARÁ A SEGUINTE LEI:**

**ARTIGO 1º** Altera o inciso I, § 1º e § 3º, do Artigo 15 da Lei  
Municipal n.º 2.217/2022, de 10 de novembro de 2022, que passam a vigorar com as seguintes  
redações:

**Art. 15 [...]**

I — nos casos em que, por inadimplemento do parceiro  
privado, com ou sem desqualificação da Organização Social, houver rescisão do Contrato de  
Gestão, para o que, poderá o Poder Público Municipal, com prévia autorização do Poder  
Legislativo, para garantia da continuidade, em não sendo viável reassumir a execução direta do  
projeto, da atividade e/ou do serviço, celebrar Contrato de Gestão emergencial com outra  
Organização Social, igualmente qualificada no âmbito Municipal, na mesma área de atuação, pelo  
prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da outorga do  
ajuste, vedada a sua prorrogação, e desde que a entidade adote formalmente como sua a proposta  
de trabalho objeto do ajuste rescindido;

**II — [...]**

**III — [...]**

§ 1º Durante o prazo de que trata o inciso I, deverá o  
Poder Público Municipal, em não pretendendo reassumir a execução direta do projeto, da  
atividade e/ou do serviço, deverá obrigatoriamente, antes de adotar providências para a realização  
de novo Chamamento Público para a celebração de Contrato de Gestão deverá ser comunicado  
com 60 (sessenta) dias de antecedência o presidente da câmara municipal, e os presidentes das  
comissões legislativas pertinentes.



Estado de Mato Grosso  
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE**  
Rua das Itaúbas, 72 – Centro C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

§ 2º [...]

§ 3º Fica condicionado de forma obrigatória, que deverá ser renovado anualmente após ser verificada a manutenção de todos os requisitos iniciais, assim como deve ser enviado 60 (sessenta) dias antes do vencimento do contrato, o Projeto de Lei e seus apêndices, para aprovação do Poder Legislativo.

**ARTIGO 2º** Insere parágrafo 3º no Artigo 20 da Lei Municipal n.º 2.217/2022, de 10 de novembro de 2022, com a seguinte redação:

**Art. 20 [...]**

§ 1º [...]

§ 2º [...]

§ 3º Fica condicionado de forma obrigatória o caput do Artigo 20, assim como os § 1º e § 2º, quaisquer alterações celebradas por meio de aditivos ou ajuste, que ensejam alterações contratuais de prazo ou financeiro e celebração de novo contrato de gestão, devendo ser enviados ao Poder Legislativo para aprovação.

**ARTIGO 3º** Altera o § 1º e inclui o § 5º no Artigo 24 da Lei Municipal n.º 2.217/2022, de 10 de novembro de 2022, com as seguintes redações:

**Art. 24 [...]**

§ 1º O parceiro privado apresentará aos órgãos responsáveis como à entidade do Poder Público Municipal, supervisor signatário do ajuste, à entidade do Poder Legislativo para conhecimento dos Vereadores, assim como ao Conselho Municipal de Saúde, em seu término de cada exercício ou a qualquer momento, conforme recomende o interesse público, o relatório pertinente à execução do Contrato de Gestão, contendo as seguintes especificidades:

a) [...]

b) [...]

c) [...]

§ 2º [...]

§ 3º [...]





Estado de Mato Grosso  
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE**  
Rua das Itaúbas, 72 – Centro C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

§ 4º [...]

§ 5º Em caso de o parceiro privado não cumprir com as obrigações do caput do Artigo 24 e suas Alíneas A, B, e C, assim como nos parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º, ocasionará impedimento de rapasse financeiro dos meses subsequentes.

**ARTIGO 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Guarantã do Norte/MT, ao décimo terceiro do dia do mês de junho de 2024.



**ZILMAR ASSIS DE LIMA**  
Ver. Vice-Presidente



**ALEXANDRE R. R. VIEIRA**  
Ver. 1º Secretário



**DAVID MARQUES SILVA**  
Ver. 2º Secretário



**DEMILSON C. MARTINS**  
Vereador



**JOSÉ E. DE FRANÇA**  
Vereador



**VALTER N. DE MOURA**  
Vereador



Estado de Mato Grosso  
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE**  
Rua das Itaúbas, 72 – Centro C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

**MENSAGEM JUSTIFICATIVA**  
**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 002/2024.**

**Senhor Presidente,**  
**Senhores (a) Vereadores (a),**

O Projeto de Lei Complementar do Legislativo n.º 002/2024 visa realizar alterações importantes na Lei Municipal n.º 2.217/2022, que dispõe sobre o Programa de Parceria com Organizações Sociais — OS no município de Guarantã do Norte/MT. A proposta é essencial para aprimorar a eficácia e a transparência no processo de qualificação de entidades, bem como na celebração de contratos de gestão.

As modificações específicas propostas são:

**1. Alteração do § 1º e § 3º do Artigo 15 da Lei Municipal n.º 2.217/2022:**

**Objetivo:** Clarificar e aprimorar as regras para o chamamento e a seleção públicos, garantindo processos mais justos e transparentes, beneficiando a administração pública e as organizações sociais qualificadas.

**2. Inserção do parágrafo 3º no Artigo 20 da Lei Municipal n.º 2.217/2022:**

**Objetivo:** Estabelecer diretrizes adicionais para a celebração de contratos de gestão, promovendo maior clareza e segurança jurídica para ambas as partes envolvidas.

**3. Alteração do § 1º e inclusão do § 5º no Artigo 24 da Lei Municipal n.º 2.217/2022:**

**Objetivo:** Ajustar os mecanismos de monitoramento e avaliação das parcerias, assegurando um acompanhamento mais eficaz e transparente das ações desenvolvidas pelas organizações sociais.

Essas alterações são fundamentais para que o Programa de Parceria com Organizações Sociais no município de Guarantã do Norte/MT alcance seus objetivos de maneira mais eficiente e transparente, beneficiando diretamente a população através de serviços mais qualificados e bem geridos. A atualização das normas permitirá uma maior adaptação às



Estado de Mato Grosso  
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE**  
Rua das Itaúbas, 72 – Centro C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

necessidades atuais, garantindo que as parcerias sejam firmadas de forma mais ágil e segura, e que os resultados esperados sejam alcançados com maior eficácia.

Portanto, solicito o apoio dos nobres colegas para a aprovação deste projeto, que trará melhorias significativas na gestão das parcerias entre o município e as organizações sociais, contribuindo para um desenvolvimento mais justo e sustentável para nossa comunidade.

Câmara Municipal de Guarantã do Norte/MT, ao décimo terceiro do dia do mês de junho de 2024.



**ZILMAR ASSIS DE LIMA**  
Ver. Vice-Presidente



**ALEXANDRE R. R. VIEIRA**  
Ver. 1º Secretário



**DAVID MARQUES SILVA**  
Ver. 2º Secretário



**DEMILSON C. MARTINS**  
Vereador



**JOSE E. DE FRANÇA**  
Vereador



**VALTER N. DE MOURA**  
Vereador





Estado de Mato Grosso  
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE  
Rua das Itaúbas, 72 – Centro, Fone: (66) 3552-1920/1407  
C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

### CONTROLE GERAL DE VOTAÇÃO

Sessão	10ª	Data	17 de junho de 2024	Horas	19:30
Ordinária	X				
Extraordinária					

Propositura	Requerimento	ATA Nº.	PLC Nº.	PLM	PLL Nº.
	PLCL Nº. 002-2024	PDL Nº.	Indicação Nº.	Moção de Nº.	Aplauso
	Outros				

Autor:	
--------	--


### VOTAÇÃO:

Aprovado	
Reprovado	
Baixado às Comissões	<input checked="" type="checkbox"/>
Pedido de Vista	

Retirado de Pauta Pelo Autor	
Retirada de Pauta por ausência do Autor	
Retirado de Pauta pela Presidência “submetido à deliberação do Plenário” Art. 166, Reformulação do Regimento Interno nº 6/2010.	

Nº	Senhores Vereadores	Voto
1	Alexandre R. Ribeiro Vieira	
2	David Marques Silva	
3	Demilson Camargo Martins	
4	José Ferreira de França	
5	Sandra Martins	
6	Silvio Dutra da Silva	
7	Valcimar José Fuzinato	
8	Valter Neves de Moura	
9	Zilmar Assis de Lima	

AB	Abstenção
A	Ausente
P	Exercendo a Presidência
S	Sim
N	Não

  
**DANIEL ALVES DOS SANTOS BATISTA**  
Secretário Geral/Secretário “AD HOC”



Estado de Mato Grosso  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE**  
C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

**PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 002/2024**

**Autores Vereadores da Comissão de Constituição e Justiça.**

**Vereador Relator: Demilson Camargo Martins**

**PARECER**

Parecer ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 002/2024 **DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES NA LEI MUNICIPAL N.º 2.217/2022 DE 10/11/2022, “DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE PARCERIA COM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS — OS, NO MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, DISCIPLINA O PROCEDIMENTO DE QUALIFICAÇÃO DE ENTIDADES, O CHAMAMENTO E SELEÇÃO PÚBLICOS, A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE GESTÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

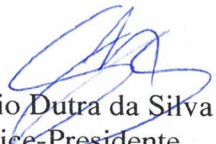
Em análise ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 002/2024, a Comissão emite parecer declarando da seguinte forma:

Em apreciação ao Projeto apresentado, e em consonância com o Parecer Verbal do Vereador Relator, decide a Comissão competente, por **EXARAR PARECER FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 002/2024, e remeter ao Plenário desta Casa para a sua deliberação, e possível aprovação, já que se encontra em total viabilidade, constitucionalidade e amparo legal.

É o parecer.

Guarantã do Norte, 19 de junho de 2024.

  
Alexandre R. R. Vieira  
Presidente

  
Silvio Dutra da Silva  
Vice-Presidente

  
Demilson Camargo Martins  
Relator





Estado de Mato Grosso  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE**  
C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

**PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 002/2024**

**Autores Vereadores da Comissão de Educação, Ciência, Comunicação, Cultura, Desporto, Saúde Pública e Assistência Social.**

**Relator: José Ferreira de França**

**PARECER**

Parecer ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 002/2024 **DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES NA LEI MUNICIPAL N.º 2.217/2022 DE 10/11/2022, “DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE PARCERIA COM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS — OS, NO MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, DISCIPLINA O PROCEDIMENTO DE QUALIFICAÇÃO DE ENTIDADES, O CHAMAMENTO E SELEÇÃO PÚBLICOS, A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE GESTÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

Em análise ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 002/2024, a Comissão emite parecer declarando da seguinte forma:

Em apreciação ao Projeto apresentado, e em consonância com o Parecer Verbal do Vereador Relator, decide a Comissão competente, por **EXARAR PARECER FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 002/2024, e remeter ao Plenário desta Casa para a sua deliberação, e possível aprovação, já que se encontra em total viabilidade e amparo legal.

É o parecer.

Guarantã do Norte, 19 de junho de 2024.

David Marques da Silva

Presidente

Silvio Dutra da Silva

Vice-Presidente

José Ferreira de França

Relator





Estado de Mato Grosso  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE**  
C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

**PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 002/2024**

**Autores Finanças, Orçamento, Tributação e Fiscalização**

**Vereador Relator: Valter Neves de Moura**

**PARECER**

Parecer ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 002/2024 **DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES NA LEI MUNICIPAL Nº 2.217/2022 DE 10/11/2022, “DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE PARCERIA COM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS — OS, NO MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, DISCIPLINA O PROCEDIMENTO DE QUALIFICAÇÃO DE ENTIDADES, O CHAMAMENTO E SELEÇÃO PÚBLICOS, A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE GESTÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

Em análise ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 002/2024, a Comissão emite parecer declarando da seguinte forma:

Em apreciação ao Projeto apresentado, e em consonância com o Parecer Verbal do Vereador Relator, decide a Comissão competente, por **EXARAR PARECER FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 002/2024, e remeter ao Plenário desta Casa para a sua deliberação, e possível aprovação, já que se encontra em total viabilidade, constitucionalidade e amparo legal.

É o parecer.

Guarantã do Norte, 19 de junho de 2024.

Alexandre R. R. Vieira  
Presidente

Demilson Camargo Martins  
Vice-Presidente

Valter Neves de Moura  
Relator



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE**

C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

**PROCURADORIA JURÍDICA**  
***PARECER JURÍDICO 046/2024***

Guarantã do Norte-MT, 18 de junho de 2024.

**Requerente:** Câmara Municipal de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso.  
**Solicitante:** Rogério Rodrigues dos Santos.  
Diretor Legislativo

**Assunto:** Projeto de Lei de Complementar de iniciativa do Legislativo nº 002/2024, de 06 de junho de 2024;

**Iniciativa do Projeto de Lei:** VEREADORES: **ZILMAR ASSIS DE LIMA;**  
**ALEXANDRE R. R. VIEIRA;**  
**DAVID MARQUES SILVA;**  
**DEMILSON C. MARTINS;**  
**JOSE DE FRANÇA e**  
**VALTER N. DE MOURA.**

**Parecerista:** Dr. João Carlos Vidigal – OAB/MT 21.105/O

## **I - RELATÓRIO**

Trata-se de solicitação de parecer acerca da legalidade e constitucionalidade do Projeto de Lei Complementar de iniciativa do Legislativo nº 002/2024 de 06/06/2024, de autoria dos nobres Vereadores acima mencionados, onde dispõe sobre alterações na Lei Municipal nº 2.217/2022 de 10/11/2022 qual por sua vez “dispõe sobre o programa de parceria com organizações sociais – OS, no âmbito do município de Guarantã do Norte/MT e dá outras providências”.

A matéria como já demonstrado em sua mensagem de justificativa, é essencial para aprimorar a eficácia e transparência no processo de qualificação de entidades, bem como na





**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE**

C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

se um representante da população. Por isso, deve propor e discutirem projetos que estejam de acordo com os interesses e o bem-estar do povo, como no presente caso, onde a material trata-se de **SERVIÇO ESSENCIAIS E DE OBRIGAÇÃO PÚBLICA**.

Além disso, ainda é função do VEREADOR o **de Assessoramento ao Executivo, ou seja**, esta função é aplicada às atividades parlamentares de apoio e de discussão das políticas públicas a serem implantadas por programas governamentais, via plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual (poder de emendar, participação da sociedade e a realização de audiências públicas) sempre em benefício a sociedade.

## **DO SERVIÇO PÚBLICO**

---

Ainda quanto a matéria em debate, temos que a mesma se trata de **SERVIÇO PÚBLICO**, ou seja, aquela atividade desenvolvida com a participação do Estado, no caso do município de Guarantã do Norte. É a **prestação de serviço que têm a finalidade de atender necessidades da sociedade**. No serviço público sempre existe a participação do Estado no fornecimento dos serviços, ainda que de forma *indireta*.

Pois, no presente caso temos que o serviço de saúde deveria ser desenvolvido ou administrado pelo Executivo municipal, qual por meio do contrato de parceria, ou concessão, repassa esta obrigação a outrem.

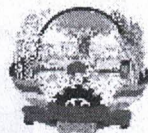
Contudo, a fiscalização dos serviços continua sob a responsabilidade e competência do Executivo e do Poder Legislativo por representarem os cidadãos.

## **DA COMPETENCIA DO VEREADOR LEGISLAR SOBRE A MATÉRIA**

---

Há mais de vinte anos, por meio da Lei nº 9.637/98, foi estabelecido critérios para qualificação das Organizações Sociais, bem como as diretrizes do contrato de gestão, de sua execução e qualificação. Portanto, a prestação de serviços de interesse público por parte das





**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE**

C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

Federal Brasileira de 1988, a qual estabelece em seu art. 31 que a fiscalização do município será exercida pelo Poder Legislativo municipal, mediante controle externo, assim a necessidade de prévia autorização deste Poder para a celebração de contratos e aditivos de estilo.

De tal forma que temos o campo de atuação dos vereadores na fiscalização dos recursos públicos pode contemplar uma série de atividades e áreas distintas. Desse modo, a fiscalização a ser realizada pelos vereadores pode ocorrer em cada uma dessas áreas, contemplando, por exemplo, aspectos inerentes à gestão patrimonial, aos recursos humanos, às atividades financeiras, a questões orçamentárias, às contratações realizadas, aos resultados alcançados ou aos próprios controles internos existentes dessa forma a principal função a de legislar.

No mais, não vejo no Projeto em baila o pretexto por parte deste Poder Legislativo de legislar, editando leis que equivalem na prática a verdadeiros atos de administração, o que de fato violaria a harmonia e independência que deve existir entre os poderes estatais.

Ainda, temos que a Lei Orgânica do município de Guarantã do Norte, em seu art. 22, incisos II e VII, assim preceitua:

**“Art. 22 - COMPETE PRIVATIVAMENTE AO MUNICÍPIO LEGISLAR SOBRE ASSUNTOS DE INTERESSE LOCAL,** bem como prover tudo que diz respeito ao seu interesse territorial, tendo como objetivo primordial o pleno desenvolvimento de suas funções sociais e a **garantia do bem-estar dos seus habitantes e** ainda:

...

**II - ORGANIZAR OS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DE MODO A ATENDER, SATISFATORIAMENTE, OS SEUS MUNICÍPIOS;**

...

**VII - organizar e prestar diariamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse**





**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE**

C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

IV - matéria orçamentária e a que autorize a abertura de créditos ou conceda auxílios, prêmios e subvenções.”  
(grifo meu)

Pelas razões já acostadas ao Projeto de Lei Complementar 002/2024, na forma em que apresentado, salvo melhor juízo, não existe óbice para a continuidade da proposta, inexistindo vícios de iniciativa.

Assim, a luz do que fora exposto opino assim pelo seguimento do presente PLC, pois a meu ver atendo os requisitos da conveniência, oportunidade e utilidade pública e legalidade, contudo como já dito, anteriormente, o presente parecer não se dá fim ao projeto e não o transforma em lei, cabendo o julgamento de mérito aos nobres Vereadores.

Sob a responsabilidade do meu grau, e *salvo melhor juízo*, **EIS O PARECER**, qual com todo acato e respeito, devolvo ao Diretor Legislativo para consideração superior e posterior providências.

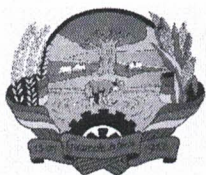
**JOAO  
CARLOS  
VIDIGAL  
SANTOS**

Assinado de  
forma digital por  
JOAO CARLOS  
VIDIGAL SANTOS  
Dados: 2024.06.19

11:33:04 -04'00'

JOAO CARLOS VIDIGAL

Procurador Jurídico/Mat. 182  
OAB/MT 21.105/O



Estado de Mato Grosso  
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE  
Rua das Itaúbas, 72 – Centro, Fone: (66) 3552-1920/1407  
C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

## CONTROLE GERAL DE VOTAÇÃO

Sessão	11ª	Data	01 de julho de 2024	Horas	19:30
Ordinária	X				
Extraordinária					

Propositura	Requerimento N°.	ATA N°.	PLC N°.	PLM	PLL N°.
	PLCL N° 002/2024	PDL N°.	Indicação	Moção de N°.	Aplauso
	Outros				

Autor:	
--------	--

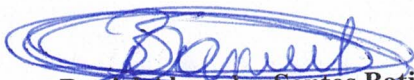
### VOTAÇÃO:

Aprovado	<input checked="" type="checkbox"/>
Reprovado	<input type="checkbox"/>
Baixado às Comissões	<input type="checkbox"/>
Pedido de Vista	<input type="checkbox"/>

Retirado de Pauta Pelo Autor	<input type="checkbox"/>
Retirada de Pauta por ausência do Autor	<input type="checkbox"/>
Retirado de Pauta pela Presidência “submetido à deliberação do Plenário” Art. 166, Reformulação do Regimento Interno nº 6/2010.	<input type="checkbox"/>

Nº	Senhores Vereadores	Voto
1	Alexandre R. Ribeiro Vieira	<input checked="" type="checkbox"/>
2	David Marques Silva	<input checked="" type="checkbox"/>
3	Demilson Camargo Martins	<input checked="" type="checkbox"/>
4	José Ferreira de França	<input checked="" type="checkbox"/>
5	Sandra Martins	<input checked="" type="checkbox"/>
6	Silvio Dutra da Silva	<input checked="" type="checkbox"/>
7	Valcimar José Fuzinato	<input checked="" type="checkbox"/>
8	Valter Neves de Moura	<input checked="" type="checkbox"/>
9	Zilmar Assis de Lima	<input checked="" type="checkbox"/>

AB	Abstenção
A	Ausente
P	Exercendo a Presidência
S	Sim
N	Não
R	Requerente

  
Daniel Alves dos Santos Batista  
Secretário “AD HOC”